



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA
ESTADO DO PARANÁ

RECEBIDO

Tamarana, 24 de agosto de 2021.

EM: 25/08/2021

Luiz Carlos Melles Gil
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

Exmo Sr. Presidente,

Os vereadores que abaixo subscrevem, nos termos regimentais solicitam ao corpo técnico Desta Casa que tome as providências necessárias em face do que segue abaixo, que solicitamos leitura em sessão plenária:

RECURSO CONTRA A DECISÃO DO PRESIDENTE

Consoante o Art. 247 da RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 001, DE 01 SETEMBRO DE 2014, os vereadores que abaixo subscrevem, apresentam recurso a ser apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa, **CONTRA A DECISÃO DO PRESIDENTE**, Sr. Silvano Rodrigues de Oliveira, em ter acatado o pedido de Vistas do vereador Anauto Souza de Gouvea, sem devida fundamentação, conforme prevê o Regimento Interno da Casa, quanto a tramitação ao Projeto n.º 013/2021, haja visto que:

1) Os estudos foram realizados, tanto que, o procurador da Casa Legislativa exarou parecer e após, a Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas convocou a Procuradoria do Município, senhora Amabili Florêncio Borges, que compareceu à tribuna da Câmara, no dia 26 de julho, e prestou todos os esclarecimentos necessários, quanto os requisitos legais e dúvidas pertinentes,

2) Após as informações, o vereador Presidente da Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas, Anauto Souza de Gouvea e o relator vereador Hector Siena Gobetti, exararam parecer, anexo, contra a tramitação do referido projeto, porém, a vereadora Angélica de Oliveira Lima, embasada nas mesmas informações, compreendeu ser plausível a tramitação da matéria em questão e como membro da Comissão, votou contrário ao parecer dos demais membros, conforme documento anexo.

3) Na data do dia 23/08/2021, em sessão ordinária, o parecer da Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas, foi à plenário para decisão dos vereadores e recebeu apenas 03 votos favoráveis, ou seja contrários a tramitação do projeto em questão, sendo vencido por 05 votos favoráveis a tramitação do projeto, portanto a decisão do Plenário derrubou o parecer da Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas.

Após, conforme gravação da referida sessão, o Presidente da Casa, seguiu a pauta e na ORDEM DO DIA colocou o projeto 013/2021, em discussão e votação dos nobres pares, para sua tramitação normal. Mas, estranhamente e sem fundamentação, conforme versa o Regimento Interno no artigo número 193: "**Art. 193. O Vereador que desejar adiar a discussão de qualquer proposição ou dela obter vista poderá requerê-lo à Presidência, FUNDAMENTADAMENTE, por uma única vez e pelo lapso de até 3 sessões**", o vereador Anauto pediu verbalmente vistas do referido projeto, alegando necessidade de estudos sem devidas justificativas ao que prontamente foi acatado pelo Presidente da Casa, que suspendeu a tramitação do projeto nº 013/2021 por até 03 sessão consecutivas.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

Com esta breve narrativa, POR SER DE DIREITO, nós vereadores representantes eleitos pelo povo tamaranense, ENTRAMOS COM RECURSO CONTRA A DECISÃO DO PRESIDENTE, em conceder prazo de vistas ao Sr. Vereador Anauto Souza de Gouvea, tendo em vista, que todo esse processo de estudos da legalidade, constitucionalidade e outros fatores já foram plenamente aclarados. Vale ressaltar que já perfazem um total de 50 dias corridos, desta importante matéria estar em apreciação dos vereadores, ou seja, tempo suficiente para entendimento e análise de todos os edis.

Portanto, a fim de evitar decisões protelatórias exaradas pel presidência desta Casa de Leis, quanto a tramitação do Projeto, o que poderá prejudicar algumas indústrias da cidade é que o Projeto n.º 013/2021, carece agilidade e apreciação por parte de todos Vereadores, sendo de grande relevância PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DE TAMARANA e nós vereadores desta legislatura, empenhados em dar a devida atenção e solução cabível nesta questão contamos com a ética, bom senso, imparcialidade e empenho no cumprimento regimental nesta questão de interesse público e coletivo. Dessa forma as vereadoras e vereadores que abaixo assinam, vem respeitosamente requerer ao Presidente da Câmara que o projeto seja incluso na ordem do dia da próxima sessão e convoque sessão extraordinária para a votação do projeto em tela.

Sem mais, no aguardo, antecipamos agradecimentos e pedimos providências. Atenciosamente,

Vereadoras (es):

Angélica de Oliveira Lima

Jislaine Pereira Ferraz

Amadeu de Oliveira Lima

Edson de Souza

Mário Torres Bittencourt Júnior

Ao Exmo Senhor

SILVANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal

Nesta.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAMBORÃO
LEI Nº 10.000/2012



Esta Lei tem por finalidade regulamentar o exercício das atribuições do Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 10.000/2012, em conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 208 da Constituição Federal de 1988, e no inciso II do artigo 12 da Lei nº 5.692/1971, que dispõe sobre o ensino médio. A presente Lei estabelece a estrutura, a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, bem como o processo de sua instalação e o prazo para a primeira reunião.

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação é o órgão responsável por acompanhar, avaliar e orientar o ensino médio municipal, visando à melhoria da qualidade da educação e à formação de cidadãos críticos e conscientes. O Conselho é composto por representantes da comunidade escolar, da sociedade civil e do Poder Público, sendo que a maioria absoluta dos membros deve ser composta por professores de ensino médio. O Conselho terá sede no município de Tamborão, no Estado de São Paulo, e funcionará em caráter permanente. O Conselho será instalado no prazo de 90 dias contados a partir da publicação desta Lei, e sua primeira reunião será convocada pelo Presidente do Conselho, que também exercerá a função de Presidente do Conselho. O Conselho terá o prazo de 30 dias para a elaboração do seu plano de trabalho, que será submetido ao Conselho Municipal de Educação para aprovação.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte composição:

por indicação do Poder Executivo:

1 - Prefeito Municipal;

2 - Presidente da Câmara Municipal;

3 - Presidente do Conselho Municipal de Educação;

4 - Presidente do Conselho Municipal de Ensino;

5 - Presidente do Conselho Municipal de Cultura;

6 - Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

7 - Presidente do Conselho Municipal de Saúde;

8 - Presidente do Conselho Municipal de Esportes;

9 - Presidente do Conselho Municipal de Turismo;

10 - Presidente do Conselho Municipal de Juventude.